

Para Funaro, um bom resultado.

O ministro Dilson Funaro, da Fazenda, considerou muito bons os resultados obtidos nas negociações com os bancos credores e deixou bem claro que o Brasil não vai aceitar, em hipótese alguma, um acordo de monitoramento com o FMI, do tipo stand by. Porém, como disse, "são os bancos credores que estão querendo a participação do Fundo, não o Brasil. E nós só aceitaremos uma relação construtiva, que não comprometa o crescimento do País ou interfira em nossa economia".

O ministro discordou até do sinal amarelo que o Jornal da Tarde utilizou na última semana para definir a posição dos bancos credores em relação ao Brasil. Para Funaro, as negociações estavam mais para o verde do que para o amarelo.

Dilson Funaro achou bastante razoável o reescalonamento da dívida vencida em 85, por sete anos com cinco de carência, mas, na sua

opinião, essa negociação foi apenas o primeiro passo de uma negociação futura, de 15 a 20 anos, que retomará inclusive o reescalonamento das dívidas vencidas em 83 e 84. Apesar de reconhecer que o Brasil entrou nas negociações com uma proposta de acordo plurianual, ele admitiu que sabia, desde o início, que um acordo desse tipo era praticamente impossível agora.

Quanto à questão da Resolução a 63, o ministro afirmou que a lei brasileira vai ser cumprida e os bancos internacionais prejudicados pela liquidação do Comind, Auxiliar e Maisonnave, Belluzzo acredita que a solução satisfatória é seguir a lei. Ele não entende como os bancos internacionais podem alegar um precedente ilegal, e ressaltou que "o risco de perdas faz parte de qualquer operação normal".

Sobre a amortização do principal, que vence em 86, Funaro declarou que o dinheiro, depositado no Banco Central, deve ficar no Brasil,

pois neste ano não será paga nenhuma parte do principal. Segundo o ministro, os contratos vencidos

nos dia 17 deste mês já foram prorrogados até 31 de março de 87. Porém, como essa decisão ficou acertada apenas com os 14 bancos credores que participaram diretamente das negociações, nos próximos 60 dias esse acordo será transformado em contrato, que terá de ser assinado também pelos outros bancos.

O ministro lembrou que nas próximas semanas acontecerão novas negociações, quando será discutida, entre outros itens, a redução do spread (taxa de risco paga além dos juros). O Brasil paga atualmente uma taxa de 2,5%, o maior spread cobrado de todos os credores. E sua intenção reduzir essa taxa ao menos para o nível pago pelo México: 1,125%.

Solução passageira

Embora as negociações com os bancos credores não tenham chegado a um acordo definitivo, o assessor econômico do Ministério da Fa-

zenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, considerou satisfatórios os resultados alcançados até agora. Na sua opinião, a forma como ficou definido o reescalonamento da dívida vencida em 85 é apenas uma solução de passagem, que deverá ser rediscutida nas próximas negociações.

Quanto à situação dos bancos prejudicados pela liquidação do Comind, Auxiliar e Maisonnave, Belluzzo acredita que a solução satisfatória é seguir a lei. Ele não entende como os bancos internacionais podem alegar um precedente ilegal, e ressaltou que "o risco de perdas faz parte de qualquer operação normal".

Referindo-se à participação do Fundo nas negociações, o assessor analisa essa possibilidade com muitas reservas, pois, como disse, o acordo anterior com o FMI acarretou uma pressão inflacionária muito forte e dificultou o crescimento do País. Para Belluzzo, o Brasil não

pode empenhar o seu futuro em um acordo cego com o FMI, só para obter vantagens adicionais na renegociação da dívida.

— O FMI não é um elixir de sabedoria. Ele tem uma receita que não serve para a meta de crescimento do País. Essa posição não mostra nenhuma visão ideológica ou conspiratória. Simplesmente, nós sabemos que um acordo com o Fundo agora, nos moldes como será acertado com o México, seria uma farsa.

Luiz Gonzaga Belluzzo não acredita que divergências com relação ao Fundo ou aos credores prejudicados pelas liquidações dos bancos brasileiros possam comprometer as negociações e argumentou que "difícilmente os bancos credores chegariam a um confronto com o País, que está conseguindo pagar os juros em dia, não está pedindo dinheiro e ainda fechou o ano com um superávit".

